

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INFANTIL E 1º ANO DO ENSINO  
FUNDAMENTAL**

**RENATA LAUTENSCHLAEGER**

**1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, QUE ESPAÇO ESCOLAR É ESTE?**

**PORTO ALEGRE, 2006.**

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul**  
**Faculdade de Educação**  
**Programa de Pós-Graduação em Educação**

**Renata Lautenschlaeger**

**1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, QUE ESPAÇO  
ESCOLAR É ESTE?**

Trabalho produzido como conclusão do Curso de Pós-Graduação/Especialização em Educação Infantil e 1º Ano do Ensino Fundamental – UFRGS – FACED – PPGEduc, sob orientação da Profª. Maria Bernadette Castro Rodrigues.

**Porto Alegre, 2006.**

## **Resumo**

Este trabalho procura abordar como os espaços escolares vêm se constituindo como conteúdos de aprendizagem, fazendo do novo primeiro ano do Ensino Fundamental uma importante oportunidade para colocar em evidência as discussões sobre a relevância do ambiente de sala de aula no desenvolvimento das aprendizagens infantis. Através de entrevistas feitas em escolas de Porto Alegre, é possível perceber o quanto esta nova lei está ocasionando reflexões e questionamentos sobre como devem ser preparados os espaços escolares para receber as crianças tanto da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental. Para a realização deste estudo utilizei-me das orientações do MEC para a instauração do novo Ensino Fundamental, das proposições teóricas de Montessori (1987) no que dizem respeito ao mobiliário escolar destinado às crianças pequenas e dos estudos realizados por Horn (2004) e Forneiro (1998) que defendem o ambiente escolar como um componente do currículo, como um conteúdo a ser explorado pelos alunos.

Palavras-chave: legislação, infância, espaço escolar.

## Sumário

|   |    |
|---|----|
| Resumo.....   | 3  |
| Sumário.....  | 4  |
| Intenções.....  | 5  |
| 1º Ano do Ensino Fundamental, que espaço escolar é este?..... | 6  |
| Visitando Três Ambientes.....                                 | 8  |
| O brincar no 1º ano do Ensino Fundamental.....                | 16 |
| O mobiliário escolar.....                                     | 17 |
| O espaço escolar como conteúdo.....                           | 21 |
| Referências.....  | 25 |

## **Intenções**

Neste estudo, apresento uma discussão sobre espaços escolares partindo de dados obtidos através de entrevistas realizadas com coordenadoras pedagógicas de três escolas de Porto Alegre. A escolha dessas escolas foi baseada no fato de que estas deverão implementar o Ensino Fundamental de nove anos a partir do ano de 2007. Tenho como objetivo investigar como os espaços destinados ao novo primeiro ano estão sendo pensados e preparados.

Através da análise das entrevistas, me proponho a contextualizar o ambiente escolar como um local onde as aprendizagens devem ocorrer de maneira agradável e prazerosa, fazendo do brincar um importante instrumento educacional. Questiono, portanto, a maneira como estes espaços foram se constituindo desde a invenção da escola.

Com base nas orientações do MEC (2006) as quais defendem um ambiente voltado às necessidades infantis, nas proposições feitas por Montessori (1987), que trouxeram ao ambiente das salas de aula e ao mobiliário escolar novas possibilidades para o desenvolvimento infantil, e, nos estudos realizados por Horn (2004) e Forneiro (1998), que abordam o espaço destinado à educação das crianças pequenas, defendendo o ambiente como um conteúdo de aprendizagem, busco problematizar o quanto significativas podem ser as proposições da Lei Federal nº 11.274 para a compreensão de que o espaço escolar pode ser um importante aliado para a construção de aprendizagens significativas.

## **1º Ano do Ensino Fundamental, que espaço escolar é este?**

Com a implementação da Lei Federal nº 11.274, de 6 de fevereiro do ano de 2006, que aumenta em um ano o Ensino Fundamental, a configuração das séries se modifica, passando a existir um ano a mais a ser cursado antes do antigo primeiro ano. As discussões acerca destas mudanças têm se intensificado nas escolas tanto públicas quanto privadas. As escolas deverão se organizar para que o cumprimento da lei seja feito até 2010 de maneira ordenada e tranquila. Entretanto, muitos são os pontos a serem discutidos, sendo que cada local de ensino terá autonomia, com a orientação necessária, para realizar essas modificações.

A referida lei institui

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão [...]

Art. 87 § 2º O poder público deverá recensear os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para o grupo de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e de 15 (quinze) a 16 (dezesesseis) anos de idade.

§ 3º-I – matricular todos os educandos a partir dos 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;

Art. 5º Os Municípios, os Estados e o Distrito Federal terão prazo até 2010 para implementar a obrigatoriedade para o ensino fundamental disposto no art. 3º desta Lei e a abrangência da pré-escola de que trata o art. 2º desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de fevereiro de 2006; 185º da Independência e 118º da República.  
(www.mec.gov.br)

Na página eletrônica do Ministério da Educação (MEC), é possível encontrar a versão digital do documento Ensino Fundamental de Nove Anos: orientação para a inclusão da criança de seis anos de idade. O presente documento

[...] instituiu a obrigatoriedade do ensino fundamental de nove anos, com matrícula aos seis anos de idade, e estabeleceu prazo de cinco anos para que todos os sistemas se adaptem à ampliação do ensino fundamental. Nesse prazo, devem ser tomadas providências, como a adaptação da estrutura física das escolas, a construção de salas de aula e a formação continuada de professores e gestores de educação. (www.mec.gov.br)

As orientações do MEC trazem para este novo ambiente escolar uma solicitação de um local que valorize a idade dos alunos, entendendo-os como crianças as quais precisam se desenvolver através de interações lúdicas e voltadas para o comportamento infantil. Segundo o Departamento de Políticas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental

[...] este é o momento de recolocarmos no currículo dessa etapa da educação básica ‘O brincar como um modo de ser e estar no mundo’; o brincar como uma das prioridades de estudo nos espaços de debates pedagógicos, nos programas de formação continuada, nos tempos de planejamento; o brincar como uma expressão legítima e única da infância; o lúdico como um dos princípios para a prática pedagógica; a brincadeira nos tempos e espaços da escola e das salas de aula; a brincadeira como possibilidade para conhecer mais as crianças e as infâncias que constituem os anos/séries iniciais do ensino fundamental de nove anos. (www.mec.gov.br)

Diante da instituição desta nova lei, é necessário que se possa compreender que o espaço escolar destinado a estes novos alunos precisa ser cuidadosamente pensado e preparado. É preciso garantir às crianças o direito a um ambiente lúdico e adaptado às suas necessidades infantis.

Tendo como base os aspectos da lei, pretendi fazer uma pesquisa em escolas que ainda não haviam implementado este Primeiro Ano, entrevistando, ainda, pessoas dos setores pedagógicos dessas escolas para obter informações sobre como estavam pensando esta sala de aula.

Também, neste trabalho, busquei aprofundar um estudo de como é visto o espaço destinado à educação infantil e como é visto o espaço destinado ao primeiro ano do Ensino Fundamental<sup>1</sup> (uma classe atrás da outra), enfatizando a necessidade de esses espaços serem repensados.

Alguns questionamentos foram orientadores deste estudo: como as novas determinações legais estão sendo compreendidas pelas escolas? As escolas têm um posicionamento frente à nova lei? Que aspectos consideram positivos? Quais os questionamentos diante das mudanças propostas? Que encaminhamentos estão sendo feitos? Quais as finalidades do trabalho proposto para este novo primeiro ano? O que será proposto para o segundo ano? Qual o espaço das escolas que será destinado a esses alunos? Foram feitas adaptações? Qual a intenção das escolas ao realizar modificações no espaço?

---

<sup>1</sup> Uma vez que este estudo refere-se ao 1<sup>a</sup> ano do Ensino Fundamental, mencionarei apenas o ano, dispensando a indicação do nível de ensino (Ensino Fundamental).

## Visitando Três Ambientes

Para o desenvolvimento deste estudo, foram realizadas entrevistas em duas escolas particulares de Porto Alegre, as quais deverão implementar o Ensino Fundamental de nove anos a partir de 2007. Parto, posteriormente, para uma entrevista com a vice-diretora da Educação Infantil de um colégio de Porto Alegre pertencente à rede estadual de ensino, o qual, neste ano de 2006, prepara-se para atender as normas relativas à lei federal que determina a matrícula de crianças de seis anos no Ensino Fundamental a partir do próximo ano letivo.

As duas primeiras escolas que fizeram parte da pesquisa são escolas tradicionais de Porto Alegre, que há bastante tempo oferecem atendimento aos alunos desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Ambas as escolas são reconhecidas por possuírem uma tradição nos estudos sobre Educação Infantil, o que poderá ser muito importante no momento da implementação deste novo primeiro ano.

Por apresentarem ampla experiência e tradição, essas escolas não têm a intenção de romper com as práticas que já estão constituídas. Para as supervisoras, a aplicação da atual legislação sugere cautela e há ainda uma interrogação sobre o que seja este novo ano.

As duas escolas já matriculam, há algum tempo, crianças de seis anos no Ensino Fundamental. Todavia, algumas diferenciações no que diz respeito às propostas para os dois primeiros anos são facilmente identificadas entre estes dois colégios. Em uma escola, as professoras deste primeiro ano serão as mesmas que já atuam nas primeiras séries do colégio. Em outra escola, há a possibilidade das professoras da Educação Infantil, que atuam na escola, assumirem as primeiras séries e, desta forma, “acompanharem” os alunos. Há, ainda, a possibilidade de contratação de novas profissionais para fazer um trabalho diferenciado.

Foi possível perceber nas entrevistas a grande preocupação dessas instituições com o desenvolvimento de um trabalho criterioso e comprometido, quando as escolas indicam os inúmeros estudos que estão sendo feitos a fim de estarem preparadas para cumprir as exigências da lei. As reuniões com os profissionais envolvidos têm ocorrido com frequência para possibilitar discussões que tragam esclarecimentos sobre qual a melhor maneira e quais as condições necessárias para o funcionamento dessa primeira série.



Em uma das escolas pesquisada (Escola A)<sup>2</sup> foi organizado um planejamento no qual a equipe pedagógica de primeira à quarta série está mais envolvida. Alguns profissionais têm procurado participar de eventos que envolvam essas discussões. A partir das discussões, organizam trabalhos com as equipes pedagógicas. Foram organizados encontros de estudos com outras escolas ligadas à ordem, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Nesses encontros, em que participaram coordenadoras e professoras, foram apresentadas explicações sobre a legislação e discutidas questões sobre infância, história da infância, seus significados e conceitos. As coordenações das séries têm feito reuniões de vinte em vinte dias, incluindo também reuniões com as professoras da Educação Infantil. Para as professoras das primeiras séries, foi solicitado que ajudassem a descrever o que poderia ser pensado como espaço diferenciado para este primeiro ano. As primeiras séries da escola já trabalham com “cantinhos”, como o canto destinado à leitura, e buscam desenvolver um trabalho lúdico; porém, pretendem ainda aprimorá-lo.

A coordenadora desta escola afirma que um dos aspectos positivos desta lei está em haver um ganho para a qualidade da educação no país e um ganho no direito de mais crianças à escolarização. Salienta, ainda, que há um ganho para a educação tendo tantos materiais do MEC à disposição. A escola está bastante envolvida na elaboração do trabalho para a implementação do primeiro ano do Ensino Fundamental.

A outra escola entrevistada (Escola B) tem realizado estudos que envolvem a Educação Infantil e o Ensino Fundamental na própria escola. Também, os profissionais envolvidos vêm procurando conhecer a lei e são convidadas pessoas de outras escolas para essas discussões. Há participação ainda nas reuniões que o Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino – SINEPE – tem promovido. A escola tem priorizado a qualificação das professoras e profissionais envolvidos, realizando estudos e reflexões sobre como atender as crianças que ingressarão no 1º ano do Ensino Fundamental a partir de 2007.

A proposta desta nova lei está sendo vista como boa para esta instituição, pois poderá tornar os conteúdos conceituais mais complexos. Um ponto interessante da obrigatoriedade desta lei é que estas discussões e reestruturações possam vir a acontecer

---

<sup>2</sup> Durante este estudo, estarei me referindo às escolas como Escola A para a primeira escola pesquisada, Escola B para a segunda escola pesquisada e Escola C para a terceira escola pesquisada.

também no Ensino Fundamental e não apenas na Educação Infantil. A escola acredita que 2007 será um ano decisivo, no qual deverão contar com bons profissionais.

No que diz respeito à alfabetização, as duas escolas ainda têm a intenção de alfabetizar no primeiro ano, entretanto o tempo para as aprendizagens terá que ser redimensionado. A supervisora de uma delas afirma que não sabe como as crianças chegarão ao final do ano, no que se refere a esse conhecimento. Desta forma, não será critério obrigatório os alunos estarem alfabetizados para passarem para o segundo ano.

A Escola A pretende, para este primeiro ano, que as aprendizagens sejam aprofundadas, “sem correria”. Pretende-se que as crianças tenham mais tempo para as atividades livres, para as brincadeiras, mais tempo para a pracinha e para a escolha das atividades. Para o segundo ano, propõe-se um redimensionamento dos conteúdos. Um trabalho com a essência do conteúdo. O número de alunos por turma deverá ser de aproximadamente vinte e cinco, dependendo das características de cada turma.

Para o primeiro ano da Escola B há uma maior preocupação com a adequação de espaços. A intenção é de “cair fora” da rotina de cinco períodos. Os horários fracionados serão repensados para que se garanta horários mais amplos para brincar, tendo, talvez, um recreio mais flexibilizado. O segundo ano deverá vir a ser complemento do trabalho do primeiro ano. O segundo ano deve ser mais aprofundado. Segundo a supervisora, as professoras destes anos deverão ter uma bagagem grande de conhecimentos sobre a aprendizagem e construção da escrita. Deverão saber trabalhar com quem está alfabetizado e com quem está em processo. Será preciso “dar conta” de diferentes situações.

Sobre o espaço destinado para esses alunos, as escolas pretendem oferecer os mesmos que já atendem os primeiros anos, todavia eles sofrerão modificações a fim de que se tornem mais lúdicos e adequados para as atividades livres e dirigidas para o brincar. Essas escolas estão fazendo pesquisas com o intuito de se informarem sobre os móveis e materiais necessários para tornar esses ambientes mais acolhedores e agradáveis para o desenvolvimento infantil.

Na Escola A<sup>3</sup> está sendo feito um estudo para discutir a modificação do tipo de classes – hoje são classes quadradas, altas, individuais, porém utilizadas em grupos – e a

---

<sup>3</sup> Esta escola não se disponibilizou para que fossem tiradas fotos de suas salas de aula.

modificação dos tipos de armários, deixando os materiais mais à disposição das crianças. Ainda haverá uma reunião na qual serão discutidas as questões sobre a estrutura das salas.

A coordenadora da Escola B afirma que a escola está pensando em uma sala de aula diferenciada, a qual permita que as crianças transitem com autonomia, que saibam onde os materiais estão. A sala precisa ter visibilidade para o desenvolvimento de trabalhos. O local deve garantir espaço para brincar, espaço para o lúdico e permitir, principalmente, a convivência agradável do grupo. Deverá, também, ser móvel, possibilitando, com facilidade, a movimentação das mesas e cadeiras. A escola pretende reestruturar a pracinha.



Figura 1 – Atual "pracinha" da Escola B

O importante é que o espaço permita que as crianças “se mexam bastante”, atendendo as suas necessidades. Esta escola já possui classes diferenciadas com formato sextavado, o que permite que as crianças possam tanto trabalhar sozinhas, quanto se agruparem para realizar trabalhos conjuntos. Atualmente, há cerca de 25 alunos por turma nas primeiras séries e esses também serão os números para lotação das salas do novo primeiro ano.



Figura 2 - 1º Ano atual - sala 1- Escola B



Figura 3 - 1º Ano atual - sala 2 - Escola B

A terceira escola (Escola C) a fazer parte desta pesquisa é uma instituição estadual de educação localizada em uma região central de Porto Alegre. Essa escola foi fundada na década de 1930 e, portanto, possui uma tradição no ensino, atendendo, assim como as outras duas escolas, alunos desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. A escola funciona nos três turnos: manhã, tarde e noite.

Durante este ano de 2006, a coordenação e as professoras da escola têm procurado aprofundar seus conhecimentos frequentando seminários, palestras e fóruns realizados em universidades da região, além de procurar fazer leitura de artigos publicados em revistas de

educação e dos materiais publicados pelo MEC. As reuniões para abordagem desse assunto têm sido frequentes e têm como finalidade a troca de informações sobre os estudos que estão sendo feitos sobre esta mudança.

A direção da Escola C tem propiciado encontros entre professoras da Educação Infantil e do Ensino Fundamental para traçarem juntas a metodologia de sala de aula, abordando como serão as rotinas, como será elaborado cada tópico dos pareceres pedagógicos e como será organizado o espaço destinado ao brinquedo livre, entre outras metodologias.

Segundo a vice-diretora, a proposição do Ensino Fundamental de nove anos apresenta como ponto positivo propiciar o ingresso das crianças um ano antes na escola. Entretanto, como ponto negativo apontou a falta de participação das professoras, segundo ela as maiores interessadas. Ela entende que as decisões são transmitidas “de cima para baixo”. A entrevistada dessa escola ainda possui alguns questionamentos quanto à lei, principalmente se indaga sobre os recursos financeiros para realizarem um bom trabalho. Recursos esses que seriam essenciais para a compra de livros e para o financiamento de encontros para aprimoramento profissional.

Para este novo primeiro ano, a Escola C tem a pretensão de atender as expectativas das crianças no que diz respeito à alfabetização, sem deixar de dar importância à faixa etária dos alunos e suas necessidades de brincar. O segundo ano deve ser uma continuação do trabalho realizado no ano anterior. Deve atender as crianças que não tenham alcançado o que as professoras possam considerar conteúdos mínimos. Não deixando de considerar que o mínimo considerado pelas professoras pode não ser o mínimo de cada criança, pois, por serem diferentes, as crianças possuem ritmos diferenciados de aprendizagem.

O espaço escolar destinado ao primeiro ano será disponibilizado no atual espaço da Educação Infantil porque este local atende as condições vistas como ideais. No momento, nenhuma adaptação será realizada nas salas de aula a serem utilizadas.



Figura 4 - Atual sala da Educação Infantil da Escola C. Futuras instalações do 1º ano.

Entretanto, a escola pretende ativar a antiga biblioteca, organizar uma sala de múltiplas atividades e acabar com a ideia de “uma classe atrás da outra”, incentivando um ensino mais dinâmico. O número de alunos por turma será de vinte e uma crianças, compondo um total de quarenta e duas crianças. Se houver orientação para que aumentem este número, será feito sorteio para completar vinte e cinco alunos por turma.



Figura 5 - Futuras instalações do 1º ano da Escola C.

A vice-diretora afirmou ainda desconhecer se há na escola um local ideal para o atendimento dessas crianças, pois diz que as classes que dispõem (utilizadas nos antigos primeiros anos) são muito altas e as classes da Educação Infantil podem ser muito baixas. Ela afirmou que espera que essas distinções tão grandes entre o espaço da Educação Infantil e o espaço do Ensino Fundamental sejam repensadas, pois a diferença entre as idades cronológicas das crianças é de apenas meses de idade.

Além de pensar sobre o espaço, a entrevistada acredita ser muito importante pensar os recursos e a capacitação docente. A vice-diretora diz ter esperança que esta lei possa vir a modificar toda a concepção de ensino, espera que os estudos feitos para a educação infantil sejam ampliados para o Ensino Fundamental.

Um ponto colocado por ela como importante é a realidade vivenciada por essa instituição, ou seja, tem tradição e é referência diante da Secretaria de Educação – o que pode não acontecer com escolas menos conhecidas. Acredita ainda que a escola, por sua localização ser próxima à UFRGS, poderá beneficiar-se dos eventos promovidos pela academia. A escola pretende também promover reuniões com os pais para que sejam esclarecidas dúvidas e sejam dadas orientações. Todavia, nada disto será decisivo na implementação de um ensino mais especializado se a conduta das professoras não acompanhar as transformações.

## O brincar no 1º ano do Ensino Fundamental

Por que há uma mudança tão visível entre o espaço escolar destinado à Educação Infantil e o espaço escolar destinado ao Ensino Fundamental? Porque é dado às crianças pequenas o pleno direito de brincar, oferecendo-lhes uma sala de aula extremamente lúdica e, de um ano para o outro (com o ingresso no primeiro ano), lhes é tirado o brinquedo e lhes oferecido um espaço com classes altas, colocadas uma atrás da outra? Será que a vontade de brincar das crianças muda tanto em tão pouco espaço de tempo?

A brincadeira está entre as atividades frequentemente avaliadas por nós como tempo perdido. Por que isso ocorre? Ora, essa visão é fruto da ideia de que a brincadeira é uma atividade oposta ao trabalho, sendo por isso menos importante, uma vez que não se vincula ao mundo produtivo, não gera resultados. E é essa concepção que provoca a diminuição dos espaços e tempos do brincar à medida que avançam as séries/anos do ensino fundamental. Seu lugar e seu tempo vão se restringindo à “hora do recreio” [...] (Borba, 2006: 35)

Com a instituição das novas normas para o ingresso no Ensino Fundamental, a questão do brincar, entre outras questões, passa a ser mais amplamente discutida. O brincar no Ensino Fundamental não precisa se restringir aos horários específicos ou aos dias chuvosos, por exemplo; as brincadeiras precisam estar integradas ao cotidiano escolar. Precisam ser percebidas como conteúdo, precisam fazer parte do currículo, pois através da brincadeira as crianças se desenvolvem psíquica e fisicamente.

Ao brincar, a criança torna-se capaz de assumir diferentes papéis, aprende a se colocar no lugar do outro, aprende a lidar com seus desejos e frustrações, aprende a descobrir formas de resolver problemas, aprende a compreender a cultura na qual está inserida e, antes de tudo, ao brincar a criança compreende que crescer, desenvolver-se é algo prazeroso.

Sobre a importância do brincar, Maria da Graça Horn (2004) salienta que

[...] a brincadeira aparece como importante promotora de desenvolvimento, constituindo-se em uma atividade em que a criança aprende a atuar em uma esfera cognitiva que depende de motivações internas. Como consequência disso, constrói aprendizagens ao desenvolver ações compartilhadas com outras crianças [...] (p. 19).



## O mobiliário escolar

Desde que a escola surge como necessária para a sociedade, pode se perceber uma transformação no que diz respeito aos móveis destinados aos estudantes. Antigamente existiam móveis maciços, pesados. As carteiras escolares, como eram chamadas, eram feitas de madeira, com suas hastes e adornos feitos de ferro. As carteiras eram fixadas ao chão e alinhadas em fila, o que obrigava os alunos a se manterem sentados, em ordem.



Figura 6 - Carteira de estudante



Figura 7 - Museu de Educação - Minas Gerais

Nos dias atuais, existem estudos sobre este mobiliário escolar. As preocupações principais residem na busca de soluções para problemas de ergonomia, com economia de custo, e em trazer conforto para o estudante, com praticidade de movimentação dos móveis.

A qualidade nas instalações escolares, entretanto, não parece estar ao alcance das escolas públicas. Continuam-se observando, mesmo no primeiro ano, as mesmas classes quadradas que há muitos anos fazem parte do ambiente escolar. Não há talvez uma preocupação em proporcionar um ambiente prazeroso para que, principalmente as crianças, possam se sentir aconchegadas nas salas de aula.



Figura 8 - Modelo de classe escolar atual.

Quando se olha para o mobiliário destinado à Educação Infantil, percebe-se uma preocupação com a adequação das mesas e cadeiras ao tamanho das crianças, encontrando-se, muitas vezes, cadeiras pequenas, mesas baixas e próprias para os alunos sentarem em grupos. Entretanto, essas características dos móveis não mudam muito de uma escola para outra.

Com a implementação da lei nº 11.274, as escolas precisarão voltar o seu olhar para estas salas de aula, fazendo delas um objeto de estudo. A lei sugere que os alunos de seis anos de idade estudem em um ambiente propício ao seu tamanho e suas necessidades infantis. As escolas poderão utilizar o espaço da Educação Infantil, porém as escolas poderão também repensar estes diferentes espaços – o espaço da Educação Infantil e o espaço do primeiro ano – trazendo sugestões para fazer desse local um espaço diferenciado dos outros já existentes.

Na história da Educação, na proposta de Jardim de Infância de Frederico Froebel (fim do século XIX), este teórico procurou orientar um espaço onde as crianças deveriam ter contato com a jardinagem e a agricultura, além de espaços específicos para a prática de jogos. As salas de aula deveriam ser amplas e bem iluminadas. As mesas deveriam acomodar um grupo de crianças e nas salas deveriam existir “um quadro para o ensino do

desenho, frases com mensagens de cunho moral, mapas, além de armários com portas de vidro para guardar materiais e trabalhos realizados pelas crianças” (Horn, 2004: 31).

Por sua vez, Maria Montessori (início do século XX), baseada em uma metodologia específica, desenvolveu estudos que trouxeram grandes contribuições para a compreensão de que era preciso criar um espaço escolar próprio para o desenvolvimento das crianças pequenas. Ela defendia um espaço onde as crianças se movimentassem livremente. Para isto, seria preciso que o mobiliário escolar também sofresse modificações. As mesas e as cadeiras deveriam ser adequadas ao tamanho das crianças, além de serem leves de modo a permitir que os próprios alunos as carregassem.

Montessori defendia uma metodologia na qual a criança pudesse ter mais autonomia, sendo papel da professora<sup>4</sup> permitir e auxiliar neste processo autônomo dos alunos. A disposição dos móveis deveria compor um ambiente de harmonia e beleza, além de ser convidativo ao ato de interagir e trabalhar. Além das mesas, as pias também deveriam atender à altura das crianças, convidando-as a lavarem suas mãos para executarem suas tarefas. As estantes deveriam ser coloridas e baixas, permitindo que os materiais pudessem ser retirados e colocados novamente pelas crianças.

No trecho seguinte é possível perceber o ambiente defendido por Montessori (1987)

Salas claras e iluminadas, com janelas baixas, cheia de flores, móveis pequenos de todos os tipos, exatamente como a mobília de uma casa moderna – mesinhas pequenas, poltroninhas, cortinas graciosas, armários baixos, ao alcance das mãos das crianças, que neles colocam os objetos e pegam o que desejam [...] (p.131)



Figura 9 - Sala de aula montessoriana

---

<sup>4</sup> Refiro-me ao termo professora no gênero feminino por ser grande maioria o número de mulheres nesta profissão.

Montessori foi uma educadora que defendeu um trabalho fundamentado na observação e na experimentação. A atividade aparece como ponto central de sua metodologia e deveria estar centrada nos interesses e necessidades das crianças. Neste sentido, considerava que o ambiente precisaria contribuir no processo de desenvolvimento das crianças. O espaço escolar deveria, portanto, produzir condições para que as potencialidades dos alunos se aprimorassem.

Muitas concepções de Maria Montessori foram amplamente criticadas. Entretanto, não é possível negar a grande influência, assim como o inegável ganho que sua pedagogia trouxe para a transformação e adequação do espaço escolar infantil.

## **O espaço escolar como conteúdo**

O espaço escolar definido para os anos iniciais do Ensino Fundamental é um espaço que não encontra muitas diferenças de uma instituição para outra. A referência mais comum que se tem sobre esses ambientes se limita a classes de madeira quadradas, altas, que se enfileiram uma a uma, em duplas ou em grupos, voltadas para um quadro verde, uma mesa em destaque para a professora e um armário fechado para guardar materiais. Em suma, há um padrão. Desta forma, pergunta-se: como tornar a sala de aula um local mais peculiar, menos padronizado, atendendo a cada grupo, a cada turma? Afinal, os alunos têm suas diferenças, são dotados de desejos e expectativas as quais fazem de cada sala de aula um grupo de alunos único.

Fazer da escola um espaço diferenciado não parece ser uma preocupação primordial. A escola tem sido um lugar de silêncios, de preocupação em transmitir conhecimentos. Este modelo escolar produziu/reproduziu e vem produzindo/reproduzindo saberes voltados para a cientificidade, para a razão, para as respostas certas e únicas.

A escola moderna, desde seu início, direcionou-se para o caminho da normalização, dos treinamentos objetivos, do ajuste às regras. Pune ou recompensa visando sempre a uma classificação, a uma homogeneização. Os tempos e os espaços são seriados, divididos, segmentados na busca de efeitos meramente produtivos, fazendo do aluno apenas um corpo do qual se espera o máximo rendimento. Apresenta-se como um espaço para a vigilância da sociedade, para o disciplinamento e controle social. O espaço escolar espera das crianças que estas se ajustem às condições espaciais disponíveis, mantendo assim um controle maior sobre os movimentos corporais, bem como um controle maior sobre qualquer possibilidade de mudanças. A maior preocupação está em controlar o bom comportamento e garantir que as crianças trabalhem com a finalidade de estarem aptas à aprovação no final de cada ano.

Por serem tão raros os estudos que se propõem a pesquisar e a questionar o espaço destinado ao Ensino Fundamental, vê-se como alternativa um estudo mais acurado acerca do espaço para a Educação Infantil. Os estudos que analisam o espaço escolar para crianças pequenas defendem a importância de um ambiente pensado, planejado e construído para atender às necessidades da infância. Entretanto, por que não encontramos as mesmas

preocupações com as crianças maiores já que apenas um ano as separa entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental?

Com a entrada de crianças de seis anos no primeiro ano, as discussões sobre espaço no Ensino Fundamental ganham uma nova visibilidade. O espaço passa a ser visto como extensão das necessidades de cada criança. “[...] precisamos estar preparados para criar espaços de trocas e aprendizagens significativas, onde as crianças possam, nesse primeiro ano, viver a experiência de um ensino rico em afetividade e descobertas” (Nascimento, 2006: 31).

Deste modo, o espaço se propõe a ultrapassar a noção de espaço físico, o ambiente de aprendizagem envolve todas as interações que se estabelecem naquele contexto. “[...] poderíamos definir o ambiente como um todo indissociável de objetos, odores, formas, cores, sons e pessoas que habitam e se relacionam dentro de uma estrutura física determinada [...]” (Forneiro, apud Zabalza, 1998: 233). Muitos são os elementos que povoam um ambiente, fazendo dele um conteúdo de aprendizagem.

Cada sala de aula se constitui em um espaço diferenciado. Através da forma como a professora organiza este local, cada aluno irá produzir aprendizagens distintas. A estruturação do espaço escolar irá transmitir a mensagem que a professora quer que o aluno receba. Assim o aluno irá incorporar os diferentes elementos que a professora propôs, significando-os de acordo com suas experiências culturais.

## **Repensando os espaços escolares**

As análises das entrevistas realizadas com as coordenadoras de três escolas de Porto Alegre apresentam dados relevantes sobre como as escolas estudadas estão lidando com as orientações da nova lei. De um modo bastante amplo, pode-se dizer que há por parte das três escolas uma preocupação com a preparação das professoras que irão atuar neste primeiro ano.

As escolas têm procurado realizar encontros, assim como participar de encontros que abordem o tema. Ainda através dos dados obtidos, percebe-se que essas instituições têm procurado refletir sobre a importância dos espaços escolares destinados aos alunos de seis anos. As coordenadoras demonstram entender o espaço como um local de aprendizagens, mas também de exploração da ludicidade infantil. As três escolas estão sendo cautelosas, no sentido de que não haja precipitação nas resoluções a serem tomadas.

No que diz respeito às concepções sobre alfabetização, as escolas mostram intenções um pouco diferenciadas. As três escolas afirmam que a alfabetização será prioridade neste primeiro ano, todavia a Escola A parece entender que o primeiro ano é de exclusividade deste processo. Por sua vez, a Escola B e a Escola C parecem estender o processo de alfabetização e, desta forma, preveem certa flexibilidade quanto ao tempo destinado a esse processo. Vale mencionar que a coordenadora da Escola B afirmou na entrevista que o fato de saber ler e escrever não será exigência prioritária para que os alunos sejam aprovados no primeiro ano, o segundo ano poderá dar continuidade a este aprendizado. Pode-se perceber que, no entendimento dessa coordenadora, a alfabetização não é um processo eminentemente escolar, podendo, então, ocorrer em espaços e momentos diferenciados.

Com esse estudo foi possível observar ainda que as três escolas estão buscando procedimentos para implantação das determinações da Lei Federal nº 11.274 de forma muito semelhante. Será que o tempo de funcionamento dessas instituições e, conseqüentemente, a tradição adquirida e respeitada por sua comunidade estabelece essas formas de proceder? Afinal, são escolas que têm uma caminhada bastante antiga em Educação Infantil, possibilitando um entendimento especializado sobre infância, o que

colabora para que as orientações sobre a implementação do primeiro ano sejam minuciosamente discutidas.

Em síntese, as proposições trazidas por esta lei colocam todos diante de uma possibilidade de compreender os espaços escolares como espaços sociais, espaços onde crianças e adultos convivem com diferentes influências culturais. As trocas realizadas dentro de um ambiente que valorize as diferentes compreensões de infância possibilitam uma aprendizagem mais desafiadora e mais significativa. Esta nova lei convida a repensar toda a estrutura escolar – tanto física, quanto de aprendizagem –, principalmente os anos direcionados para o Ensino Fundamental.

Repensar os espaços escolares, portanto, consiste em pesquisar como estes espaços vêm se constituindo em meio à história escolar. Para compreender este espaço é preciso interpretar “[...] a arquitetura que o constitui, a lógica que o constrói, a pedagogia que em parte dele deriva e que ao mesmo tempo o sustenta e movimenta [...]” (Rocha, 2000: 119), avaliando o quão comprometido este ambiente está com as aprendizagens que se originam dentro dele.

Pude constatar com este estudo que essas escolas estão fazendo o melhor possível para adaptar seus espaços à nova lei. Entretanto, alguns questionamentos ainda ficam sem respostas: em escolas localizadas longe dos grandes centros, as quais ainda estão distantes das discussões educacionais sobre educação – como as noções de letramento, por exemplo – como serão feitas as adequações à Lei Federal nº 11.274? As escolas públicas terão recursos físicos, humanos e financeiros para remodelarem seus espaços escolares? Como se dará a capacitação/atualização das professoras para atuarem de acordo com as novas perspectivas educacionais? Em que aspectos as discussões provenientes da Educação Infantil poderão contribuir para as mudanças no Ensino Fundamental? As discussões trazidas para o primeiro ano serão estendidas para os anos seguintes do Ensino Fundamental? A partir deste novo primeiro ano, será repensando um novo espaço escolar, rompendo com a tradição de um espaço padronizado?

Trago essas indagações acreditando que possam vir a desencadear outros estudos sobre este mesmo tema – 1º Ano do Ensino Fundamental, que espaço escolar é este?



## Referências

BORBA, Ângela Meyer. O Brincar como um modo de ser e estar no mundo. In: Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Departamento de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.

FORNEIRO, Lina Iglesias. A Organização dos Espaços na Educação Infantil. In: ZABALZA, Miguel A. Qualidade em Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 1998.

GANDINI, Lella. Espaços Educacionais e de Envolvimento Pessoal. In: EDWARDS, Carolyn Pope (org.). [As cem linguagens da criança : a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância](#). Porto Alegre: Artmed, 1999.

HORN, Maria da Graça Souza. Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MONTESSORI, Maria. A Criança. Rio de Janeiro: Nórdica, 1987.

NASCIMENTO, Anelise Monteiro do. A infância na escola e na vida: uma relação fundamental. In: Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Departamento de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.

ROCHA, Cristianne Famer. O espaço escolar em revista. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). Estudos culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema... Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS: 2000.

<http://portal.mec.gov.br/cne/index.php?option=content&task=view&id=4933&FlagNoticias=1&Itemid=5077>

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensifund9anobasefinal.pdf>

[https://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm)